

ATA DA 22ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABIHV

Reunião nº	Local	Data	Horário
22	online	27/03/2025	8h

Ata preparada por: Victoria Kobayashi

Revisado por: Fernanda Delgado

Agenda:

- Informes da Presidência – Atualizações sobre o PHBC e Transmissão
- Participação da ABIHV para a apresentação na comissão sobre Combustíveis Marítimos
- Eleições para o Conselho de Administração de 2025

Participantes:

NOME	POSIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	EMPRESA ASSOCIADA
1. Alexandre Groszmann	Vice-Presidente do CA ABIHV	Presente	European Energy
2. Daniel Hubner Marques	Conselheiro	Presente	Yara Brasil
Fernanda Delgado	Diretora-Executiva	Presente	ABIHV
3. Fernando Elias	Conselheiro	Presente	Casa dos Ventos
4. Ítalo Tadeu Freitas	Conselheiro	Ausente	Eletrobras
5. Lauro Fiuza Neto	Conselheiro	Ausente	Servtec
6. Luis Viga	Presidente do Conselho ABIHV	Presente	Fortescue
7. Marcel Haratz	Conselheiro	Presente	Comerc
8. Nicolas Thouverez	Conselheiro	Presente	Voltalia
9. Paulo Augusto Alvarenga	Conselheiro	Presente	Thyssenkrupp
10. Rodrigo Santana	Conselheiro	Presente	Atlas Agro
11. Sérgio Souza	Conselheiro	Presente	Serena
Victoria Kobayashi	Analista Regulatório	Presente	ABIHV

A Reunião teve início às 8h03.

1. Informes do Presidente

Luis Viga (Fortescue) elogiou a atuação de Fernanda Delgado (ABIHV) em Brasília e ressaltou que o diálogo com os diferentes atores e níveis de poder e a presença da ABIHV em Brasília tem se mostrado essenciais para o andamento das demandas da Associação.

Discussão e Deliberações

Reunião Ministério da Fazenda - PHBC

O Presidente do Conselho lembrou o recente imbróglio com o Ministério da Fazenda sobre a limitação dos incentivos do PHBC para o mercado nacional e informou que a questão foi superada e formalizada no Workshop do Ministério de Minas e Energia que tratou das Diretrizes principais da regulamentação do H2 (13/03). Ainda que momentaneamente superada, a questão exige vigilância constante.

Transmissão

Luis Viga ainda enalteceu os esforços da ABIHV na tratativa das dificuldades no acesso à transmissão, através do diálogo com os reguladores combinado às ações de alguns dos associados da ABIHV, como a Fortescue e a Voltalia. A EPE reconheceu e elogiou as ações da associação e se mostrou mais aberta ao diálogo para o desenvolvimento dos estudos para viabilizar a inserção das cargas dos projetos de hidrogênio.

Com relação aos mecanismos para estruturar uma “fila” de acesso, Luis Viga ressaltou que a ABIHV tem defendido, principalmente junto à ANEEL, a necessidade de apresentação de garantias financeiras para evitar uma nova “corrida do ouro”. Contudo, entende que apenas esse critério não seria suficiente e que a adoção de critérios de maturidade também é fundamental para garantir a implantação dos projetos estruturantes.

Sobre a expansão do sistema atual, o presidente comentou que uma alternativa em estudo é o desenvolvimento e construção, pela iniciativa privada, das linhas de transmissão, com o objetivo de dar celeridade aos projetos. Não há certeza sobre o aceite dessa opção, mas, em um primeiro momento, Arthur Valério, Secretário do MME e a ANEEL não se mostraram contrários. Sobre a alternativa em análise, Sérgio Sousa (Serena) comentou que o processo de construção de linhas de transmissão pela iniciativa privada foi favorecido pela criação das DUPs. Luis Viga comentou que o processo atual permite a atuação apenas em linhas de interesse restrito e a ABIHV poderá estudar a expansão dessa possibilidade, de modo a viabilizar a atuação privada em linhas do Sistema Interligado Nacional.

Em consulta à Marisete Pereira (ABRAGE), realizada dada a boa influência que Pereira possui no MME, houve concordância com as iniciativas da ABIHV. Fernanda Delgado (ABIHV) informou que tal ação poderia ocorrer através de Portarias do MME.

Rodrigo Santana (Atlas Agro) questionou se ocorreram atualizações na situação do Nordeste após a publicação do POTEE. Fernando Elias (Casa dos Ventos) informou que, com a inserção dos compensadores síncronos, serão liberados 1.5GW de conexão, mas aparentemente, não há margem para a região de Pecém, sim para a área de Parnaíba, Porto do Açu e Suape. Há a expectativa de antecipação de grandes obras, mas ainda não há entre maiores detalhes. Estes, deverão surgir em 30 ou 60 dias.

A Fortescue, Eletrobras e Voltalia tem estudos que apontam a necessidade de incremento na região do Ceará/Piauí, com 346km de linha. A construção desse ativo é factível, já que se trataria de uma linha de expansão (linhas que já existem, mas poderiam ser duplicadas ou reforçadas) e que tem o processo de licenciamento ambiental facilitado.

Com relação aos planos do Governo para a construção das linhas de transmissão pela iniciativa privada, comentou-se que a ideia é que a remuneração das empresas ocorra através de um leilão, com metodologia a ser definida (“reembolso” logo após o leilão ou descontos nas tarifas de transmissão). De toda forma, o “Plano A” da ABIHV segue na atuação junto à EPE e reguladores para reduzir os prazos para a realização dos estudos, mas sabe-se que a tarefa não é fácil.

Dada a relevância da pauta e a necessidade de maior detalhamento das opções para as empresas, foi sugerido que o tema seja estudado pelo GT de Infraestrutura de Transmissão.

2. Sobre a pauta de Combustíveis Marítimos

Alexandre Groszmann (European Energy) relatou a sua participação no evento na Câmara dos Deputados (25/03) e demonstrou preocupação com relação à algumas falas relacionadas à soberania nacional vs. a atuação da IMO na regulação dos combustíveis. Destacou que o tema é de competência da diplomacia brasileira e que a principal problemática levantada é a “competição” entre o fornecimento de insumos para os biocombustíveis e a produção de alimentos.

Neste mesmo evento, Alexandre contatou o representante do Brasil na IMO e sugeriu que o Conselho também participe dessa primeira reunião (ainda sem data). A participação do GT de Combustíveis deverá ocorrer em outro momento, quando o grupo já estiver mais maduro.

Com relação ao desenvolvimento do Projeto de Lei proposto pelo Gabinete do Deputado Arnaldo Jardim, Alexandre informou que a comissão deverá votar o projeto em junho/2025. Luis Viga

ressaltou a importância de se explorar diversas rotas de produção, como o metanol, amônio e o CO2 biogênico.

Por fim, Alexandre destacou que o Projeto de Lei em desenvolvimento pode sofrer bastante influência do agronegócio, então é importante que a ABIHV esteja preparada para defender a sua visão.

3. Eleição do Conselho 2025

Nesta pauta houve a participação extraordinária do escritório Lefosse, representados por Guilherme Garcia e Felipe Boachem.

O Lefosse ressaltou a necessidade de realização da Assembleia para eleger os membros do Conselho e informou que cada associado vota nos candidatos de maneira individual, não sendo obrigatória a votação em 11 nomes. Além disso, o Conselho atual pode ser reconduzido.

Outro ponto ressaltado foi o fato de cada categoria de associado ter um peso diferente nas votações da Associação, o que pode influenciar o resultado das eleições.

O voto em chapa foi desconsiderado para esta eleição, já que ele não pode ser um obstáculo para que outras pessoas possam se candidatar.

Fernanda informou que na próxima semana (31/03) realizará uma reunião com uma empresa especialista em eleições através de um software fechado. A Lefosse também deverá participar da reunião para alinhar a questão de pesos e dinâmica de votação.

Depois dessa etapa, Fernanda convocará os interessados em ocupar os cargos no Conselho e definirá a data da eleição.

Luis Viga relatou o desejo de aumentar a participação feminina no Conselho e sugeriu a adição de uma ou duas cadeiras a formação atual.

4. Aprovada a ata da 21ª reunião do Conselho de administração da ABIHV.

Reunião encerrada 9h10